



INFRABRASIL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(“INFRABRASIL” OU “FUNDO”)

5º RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL (ECR)

Março de 2009

ÍNDICE

- I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO
- II. SITUAÇÃO DO PROJETO
- III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS
- IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA
- V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS
- VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS
- VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

Lista de Anexos

1. Declaração de Intenção SOI – Usinas Termelétricas Global I e II
2. Relatório de Viabilidade de EHS – Usinas Termelétricas Global I e II
3. Notificação – Usinas Termelétricas Global I e II

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

O presente Relatório tem por objetivo atender a cláusula 6.13 (f) do contrato de empréstimo entre o BID e o InfraBrasil datado de 5 de julho de 2006. Este relatório cobre as atividades do InfraBrasil do ponto de vista de observância socioambiental no período compreendido entre 1º de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

II. SITUAÇÃO DO PROJETO

O InfraBrasil Fundo de Investimentos em Participações (“Fundo” ou “InfraBrasil”) realizou no segundo semestre de 2008 investimentos no valor total de R\$168,5 milhões:

- R\$23,5 milhões para o financiamento parcial da pequena central hidroelétrica “Santa Luzia”, através do investimento em debêntures subordinadas de emissão da PST Energias Renováveis e Participações S.A. (“PST”). Este investimento complementa o investimento no valor de R\$13,0 milhões feito em 29/11/2007 para o mesmo projeto

- R\$10 milhões em debêntures para a complementação do financiamento das pequenas centrais hidroelétricas de propriedade da Enerbrás Centrais Elétricas S.A.

- R\$ 70,0 milhões em debêntures conversíveis emitidas pela Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade S.A.(“CBPB”).

- R\$65 milhões em debêntures para o financiamento parcial do projeto de saneamento da cidade de Rio das Ostras no estado do Rio de Janeiro. As debêntures foram emitidas pela Saneamento de Rio das Ostras Participações S.A. (R\$28 milhões) e pela Saneamento Rio de Rio das Ostras S.A. (R\$37 milhões).

O Fundo fechou o semestre com valorização das quotas em 1,13% e um resultado líquido de R\$12.950 mil.

De acordo com o Contrato de Empréstimo, o InfraBrasil está em conformidade com a legislação brasileira ambiental, social, trabalhista ou de saúde e segurança.

II.1 Situação Individual do Projeto de Investimento Aprovado no Período

USINAS TERMELÉTRICAS (UTES) GLOBAL I E II (297,6 MW)

O projeto compreende 2 usinas termelétricas de 148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MW, a serem instaladas no via Canal de Tráfego, CIA Norte, município de Candeias, BA.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008 antes do primeiro desembolso que está previsto para o primeiro semestre de 2009.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- ♦ Apresentar cópia completa (incluindo condicionantes) das Licenças de Implantação;

Status: Atendida

- ♦ Apresentar documentos comprobatórios relativos aos termos e condições de execução da Compensação Ambiental requisito da Licença de Localização;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar documentos que comprovem que as negociações conduzidas pela SUDIC (Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia), para a desocupação da área e o pacote de compensação:

- Sejam baseados em informações atualizadas sobre os ocupantes e suas características socioeconômicas, e considerem os direitos legais quanto a propriedade e legislação adicional aplicável,
- Tenham incluído consulta as pessoas a serem desajoladas, iniciadas na fase de projeto. Deve ser prevista a continuidade da participação dos afetados até a conclusão do processo,
- Sejam mutuamente acordados antes das intervenções e formalizados em contratos,
- Incluam a compensação pela perda de bens e auxílio para ajudá-las a melhorar ou, pelo menos, restaurar seus padrões de vida ou meios de subsistência. Incluam compensação por perdas ou custos transitórios (por exemplo culturas existentes, custos para mudança, perda temporária de renda e outros) se necessário.¹
- Considerem os impactos ambientais e sociais que eventualmente ocorram em áreas definidas para realocação e incluam medidas de gestão para os mesmos.

Status: Atendida, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar cronograma para licenciamento ambiental da linha de transmissão e documentos que comprovem o andamento do processo;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar documento que comprove consulta junto ao IMA (ex. CRA) solicitando eventuais dados de outras empresas, relativos a monitoramento da qualidade do ar da região que possam ser utilizados como dados de *background*, visando comparar a contribuição específica da UTE simulada através do modelo de dispersão de poluentes à qualidade do ar local. Caso os dados não estejam disponíveis, conduzir medições de

¹ Ver também Requisitos da Política Operacional Op 710 do Inter American Development Bank

dados de qualidade do ar, em especial o NO_x e SO_x, utilizando os dados obtidos para comparação;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar o plano atualizado para monitoramento das qualidade do ar e das emissões atmosféricas que inclua a frequência e parâmetros de dados de qualidade do ar e emissões a serem amostradas na fonte;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar cálculo de linha de base das emissões de CO₂ e outros gases de efeito estufa que deverão ser gerados com o funcionamento da planta, e monitorar sua evolução, de acordo com metodologia de inventário (WRI - GHG Protocol). Avaliar medidas de eficiência energética que possam contribuir para a redução das emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa) do empreendimento e considerá-las na avaliação de alternativas técnicas do empreendimento (incluindo transporte de combustível, sistema de resfriamento, outras);

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar complementações ao Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, indicando as estimativas das quantidades de resíduos na fase de instalação e operação, bem como o levantamento dos locais disponíveis para a destinação final, o cronograma e responsabilidades para implementação do plano;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar documentos relativos a medições de ruído de fundo e estimativas de emissões nos receptores mais próximos, verificando se os requisitos legais aplicáveis e boas práticas poderão ser atendidos. Considerar os resultados das projeções acima na tomada de decisão sobre *lay-out* dos equipamentos e definição dos sistemas de proteção de ruídos. Incluir informações sobre ruído e medidas tomadas no Plano de Comunicação Social (se relevante);

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar estudos/laudos (laudo de solo limpo) para caracterizar se o terreno proposto está livre de contaminação/passivo ambiental para obter dados de *background*;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar parecer de especialista em Patrimônio Cultural/arqueológico relativo a baixa probabilidade de ocorrência de remanescentes na área, bem como procedimentos para descoberta aleatória caso a probabilidade demonstre ser maior. O procedimento deverá ser aplicado desde a fase de implantação, considerando a área do projeto e área de intervenção para instalação da LT; e

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar medidas de gestão propostas para segurança e saúde, considerando trabalhadores de empreiteiras e seus subcontratados e inclusive a comunidade, na fase de construção.

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

Pós Desembolso

- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais aplicáveis à essa fase;

Status: Atendida.

- ♦ Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (IMA);

Status: Atendida.

- ♦ Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar documentos que comprovem o desenvolvimento de um sistema de gestão para integrar os impactos socioambientais e respectivas medidas de gestão do empreendimento em programas de gestão, incluindo a Linha de Transmissão. O sistema de gestão deve incluir todas as instalações e atividades (planta, transporte, LT) e compreender políticas (ambiental, recursos humanos, impactos sociais, etc.), principais impactos e riscos, programas de gestão, estrutura de responsabilidades e treinamento, engajamento das partes interessadas, monitoramento e relatórios (acompanhamento da alta administração e externos);

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar documentos que indiquem o andamento da implementação do Plano de Comunicação Social, incluindo a divulgação e implementação do mecanismo para queixas e reclamações (SAC no Plano de Comunicação revisado) e consulta a superficiários potencialmente afetados pela faixa de servidão da linha de transmissão, antes do início das obras;

Status: Atendida

- ♦ Apresentar documentos que comprovem implementação do plano para controle de emissões na fonte considerando os sistemas de controle ou operacionais propostos (ver exigência pré desembolso);

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Definir os sistemas de controle ou operacionais que garantam o controle das emissões de NO₂ e SO₂ (legislação aplicável prevê que o padrão horário pode ser ultrapassado uma vez por ano), onde aplicável;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar documentos que comprovem cláusulas nos contratos com empreiteiras das cláusulas relativas ao gerenciamento de resíduos na fase de construção, de acordo com o PGRS;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Revisar avaliações de impactos se novas alternativas para o transporte de combustíveis ou sistemas de resfriamento forem incorporadas ao projeto;

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar definição de logística de transporte de combustíveis e preparar plano de resposta a emergências e outras medidas de gestão de risco de forma compatível. O plano deve incluir medidas para atender riscos não que podem eventualmente afetar a comunidade, tais como abalroamento/atropelamento, contaminação dos corpos d'água. Apresentar documentos que indiquem a integração do(s) plano(s) de resposta (s) a emergência(s), a outros planos/ ações já existentes na região que possam ter interface (PAM – Planos de Auxílio Mútuo, outras). Desenvolver estratégia de comunicação de riscos para a comunidade de forma articulada a outras iniciativas de engajamento da comunidade para a preparação de emergências existentes; e

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Apresentar cronograma para implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas, bem como as formas de acompanhamento da implementação do programa de recuperação até a averbação da área como reserva legal (considerando a participação da SUDIC e IMA).

Status: Em desenvolvimento, conforme Relatório de Progresso.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais das UTEs Global I e II, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida, confor Relatório de Progresso.

- ♦ Fase de Operação – Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a CRA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada.

♦

- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

II.2 Situação Individual dos Projetos de Investimentos Aprovados nos Períodos Anteriores

PROJETO REDE COLETORA, SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E DISPOSIÇÃO SUBMARINA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

O projeto de saneamento da região urbana do Município de Rio das Ostras consisti da construção de rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora. O sistema de esgotamento sanitário está sendo implantado em duas etapas, sendo o período inicial de 2002 a 2012, e o período final de 2012 a 2022, prevendo o atendimento de uma população total de 205.983 mil habitantes.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Pré Desembolso

Manifestação da Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de saneamento ambiental;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório contendo status do cumprimento das Condicionantes da Licença de Instalação com correspondentes custos, responsabilidade e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Instalação e Operação;

Status: Atendida.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter a FEEMA permanentemente atualizada com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação do Plano de Compensação e Gestão Ambiental e cronograma físico-financeiro;
Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a FEEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação; e
Status: Atividade ainda não iniciada.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.
Status: Atividade ainda não iniciada.

PROJETO USINAS TERMELÉTRICAS A BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR - UTEs SUD MENNUCCI (64 MW) E ILHA SOLTEIRA (50 MW)

Os projetos de responsabilidade da Usina Pioneiros consiste da expansão do grupo em dois projetos: (i) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Sud Mennucci e, (ii) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Ilha Solteira.

O investimento proposto pelo InfraBrasil está majoritariamente relacionado à geração e comercialização de energia das unidades industriais da Pioneiros. Em função das peculiaridades do setor sucroalcooleiro, vários aspectos considerados na aprovação do projeto estão relacionados à atividade agroindustrial das Usinas.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Pré Desembolso

Apresentar manifestação favorável do órgão ambiental sobre a transferência de razão social (Bioeletricidade S.A.), responsabilidades e passivos socioambientais das UTEs de Sud Mennucci e Ilha Solteira a serem segregados dos processos de licenciamento ambiental hoje em nome da Destilaria Pioneiros S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A.;

Status: Atendida.

Apresentar status do Projeto de Restauração Florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RL) das áreas próprias e arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar previstos na licença Prévia da Pioneiros Bioenergia S.A.

Status: Atendida. A restauração da APP da área própria de Sud Mennucci, já se encontra restaurada. Na área própria de Ilha Solteira o plantio foi iniciado, conforme Autorização para Reflorestamento em APP. A área necessária para a formação da Reserva Legal (da área

industrial), foi adquirida e a averbação está em andamento. Um TCRA – Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental da Reserva Legal da área de Ilha Solteira foi firmado. Para as áreas de Terceiros, a Pioneiros fez contratos de Parceria Agrícola com proprietários de terras. A Pioneiros tem o compromisso de não cultivá-las, além de ajudar a protegê-las evitando seu uso indevido, risco de incêndio, ou qualquer intervenção que possa causar danos ao Meio Ambiente.

Pós Desembolso

Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório Anual de acompanhamento da evolução das atividades associadas aos empreendimentos, com identificação das Áreas de Preservação Permanente (APPs, as Averbações de Reserva Legal, a expansão canavieira, os fragmentos e/ou maciços vegetais;

Status: Atividade iniciada. A identificação das APPs e maciços vegetais já foi realizada.

No período não houve expansão canavieira.

Apresentar Relatório Anual de evolução do Plano de Eliminação de Queimadas (P.E.Q);

Status: Atividade iniciada. De acordo com a Lei Estadual 11.241/02 e com o Protocolo Agroambiental assinado pela Pioneiros Bioenergia S/A, o percentual mínimo no ano de 2009 de colheita de cana sem Queima é de 30 %, portanto, o percentual de cana colhida sem queima será de no mínimo 30%, conforme PEQ.

Implementar um sistema de gestão baseado na norma SA 8000;

Status: Atendida em desenvolvimento.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida em desenvolvimento.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto;

Status: Atendida. Há dois processos de licenciamento para a instalação de novos equipamentos da Pioneiros Bioenergia S/A (açúcar e álcool), conforme documentação apresentada.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Providências: AIIPA encaminhado à CETESB e MCE e Solicitação de renovação L O – Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci, Carta: Levantamento de Uso de Água – encaminhado a CETESB., conforme documentação apresentada..

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto.

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção das UTEs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade iniciada para Ilha Solteira. As obras estão paralisadas.

Fase de Operação das UTEs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atendida. Atividade iniciada para Sud Mennucci.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) DA ILHA (26MW) E JARARACA (28MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Exigências de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Da Ilha e Jararaca, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida. Os relatórios trimestrais de andamento da obra e programas ambientais foram entregues de acordo com o cronograma.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a FEPAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida. Os relatórios trimestrais estão sendo entregues de acordo com as exigências da FEPAM.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. Todas as exigências da LI foram atendidas, o que possibilitou a emissão das Licenças de Operação. Da mesma forma todas as condicionantes da LO estão sendo atendidas de acordo com prazos estabelecidos.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante do PBA ou das Licenças de Instalação;

Status: Ao longo das obras houve apenas a solicitação de incluir, no PBA, o Programa de Monitoramento de Macrófitas. Este está sendo desenvolvido e assim continuará durante a fase de operação.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante dos Relatórios Trimestrais.

Manter o site da HT Hidrotérmica permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais e resultado das reuniões públicas;

Status: Atendida. O site da Hidrotérmica é atualizado frequentemente, contendo, inclusive, informações sobre o andamento das obras, de novos empreendimentos e dos programas ambientais.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos dos mecanismos de transposição para peixes ou a declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade de instalação desses mecanismos;

Status: Exigência parcialmente atendida. Foi apresentada ao órgão ambiental estadual (FEPAM) uma justificativa para a não execução de um dispositivo de transposição. Esta baseia-se principalmente no fato de que as usinas que existem à jusante deste rio, já após a confluência com o rio das Antas, não possuem mecanismos, o que interrompe a possível rota migratória de espécies reuíflicas. Existem outros argumentos sobre a inexistência destas espécies na região que também foram expostas ao órgão ambiental. Este por sua vez ainda não se manifestou diante do que foi apresentado. Os monitoramentos de ictiofauna continuarão durante a operação dos empreendimentos.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos adicionais de aquisição de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ou declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade dessa extensão;

Status: Exigência atendida.

Difinir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Coservação) com a FEPAM, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Exigência parcialmente atendida. Os termos e condições de execução deste programa ainda não foram definidos. O empreendedor aguarda a conclusão do “Estudo para a Criação e Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Rio Taquari-Antas” conforme deliberação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA. Assim sendo, o empreendedor não possui responsabilidades em relação ao atraso da aplicação destes recursos.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs, conforme previsto na Licença de Instalação;

Status: Atendida. Conforme acordado em reunião com o órgão ambiental e ratificado pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) as Áreas de Preservação Permanentes das PCHs Jararaca e da Ilha serão de largura variável. O plantio de mudas de árvores nativas nas áreas de segue cronograma específico.

Contratar um profissional de saúde, segurança e meio ambiente para os canteiros de obras, que responda para o gerente de meio ambiente da HT Hidrotérmica;

Status: Atendida. Atividade encerrada.

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atendida. O Sistema de Gestão Ambiental está sendo implementado. Os contratos necessários estão sendo adequados e renovados de acordo com o previsto nos cronogramas do PBA. Terão continuidade os seguintes programas ambientais: Comunicação Social, Apoio aos Municípios, Disciplinamento do Uso do Reservatório e Entorno, Recuperação de Áreas Degradadas, Monitoramento Hidrossedimentológico, Controle da Erosão, Monitoramento Sismográfico, Monitoramento de Águas Subterrâneas, Monitoramento da Qualidade de Água Superficial, Monitoramento Climatológico, Revegetação do Entorno do Reservatório, Monitoramento e Resgate da Ictiofauna, Monitoramento da Fauna, Monitoramento de Macrófitas.

Além destes está sendo instalado um Centro de Atendimento aos Visitantes onde, além de entender o funcionamento das hidrelétricas, os visitantes poderão participar de atividades de educação ambiental. Junto à este será implantado um balneario para integrar educação e lazer. Ambos aguardam aprovação do órgão ambiental, sendo que o projeto do balneario conta com grande apoio da população local e da prefeitura municipal de Vila Flores.

O funcionário Andrey Marcos Mazzocca é responsável pela supervisão ambiental das PCHs e responde à Coordenadora de Meio Ambiente das PCHs do Rio da Prata e à Gerente de Meio Ambiente da Hidrotérmica. Da forma como está estruturado, o sistema de gestão ambiental atende à todas as exigências do órgão ambiental constantes na Licença de Operação.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH PIEDADE (16 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

Apresentar a nova Licença Prévia aprovada pelo COPAM/FEAM e respectivas condicionantes;
Status: Atendida.

Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais para a nova configuração da PCH, incluindo Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias e Área de Preservação Permanente;
Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

Apresentar a nova Licença de Instalação e Projeto de Controle Ambiental – PCA revisado e Relatório de Atividades com status do cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 124 e das Exigências de EHS;
Status: Atendida.

Manifestação do IGAM-Instituto Mineiro de Gestão das Águas sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de geração de energia;
Status: Atendida.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
Status: Atividade em desenvolvimento, conforme Relatório Trimestral.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das novas Licenças Prévia e de Instalação (a serem emitidas);
Status: Atendida. A Licença de Instalação referendada pelo COPAM em 26/03/2008, não foi alterada.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB), antes da emissão da Licença de Operação;
Status: Atividade em desenvolvimento. Foram pagos em 4 parcelas de R\$ 92.331,73, totalizando R\$ 369.326,88, de acordo com o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental n.º 2101010500308

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Executar no escopo do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas as áreas afetadas pelas obras do antigo canal de adução.

Status: Atividade ainda não iniciada.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Atividade do PCA -Projeto de Controle Ambiental da PCH Piedade, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Atividades a serem encaminhados para a FEAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH SANTA LUZIA ALTO (30 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

Apresentar anuência da FATMA sobre a transferência de responsabilidade de gestão ambiental do trecho de 15, 9188 ha de faixa ciliar do reservatório da UHE Quebra Queixo;

Status: Atendida.

Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais, incluindo, além dos programas já em desenvolvimento o Projeto de Reflorestamento, Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atendida.

Apresentar Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável–SDS de Santa Catarina e respectiva outorga da ANEEL;

Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

Relatório de Atividades com status do cumprimento de todas as condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 0022/2006 e das Exigências de EHS;

Status: Exigência em desenvolvimento, conforme Relatório de Andamento dos Programas Ambientais.

Manifestação favorável da ANEEL e FATMA sobre o aproveitamento da vazão sanitária, por meio da instalação de uma turbina de 1,5 MW;

Status: Exigência em desenvolvimento.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante da Licença Ambiental de Instalação;

Status: Atendida. Não foram solicitadas revisões das exigências da LAI. A renovação da LAI foi emitida em 30 de setembro de 2008.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) antes da emissão da Licença Ambiental de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento. .

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação da PCH;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais e cumprimento das condicionantes específicas da Licença Ambiental de Instalação e das Exigências de EHS. Cópia dos Relatórios Mensais de Atividades de programa de Aquisição de Terras e Benfeitorias, incluindo status dos não proprietários até o início da operação do empreendimento;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais a serem encaminhados para a FATMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecida na Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) SERRA DA PRATA (41,8 MW)

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três usinas hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e Jucuruçu do Sul, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçu, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais; **Status:** Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do cronograma estabelecido.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Implantação; **Status:** Atendida. Não houve solicitação de revisão de qualquer exigência.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter o IMA permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante dos relatórios de evolução das condicionantes ambientais.

Apresentar em um prazo de 90 dias o Relatório “Condicionantes da Licença de Implantação” com correspondentes custos e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com o CRA, antes da emissão da Licença de Operação;

Status:Atividade em desenvolvimento. A aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental estabelecida na Lei do SNUC depende da decisão da Câmara de Compensação Ambiental do Estado da Bahia.

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atividade em desenvolvimento; o escopo básico do SGA foi elaborado e contratada a empresa Consiq Qualidade para orientar o aperfeiçoamento e implementação do Sistema.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida. Foram enviados relatórios atualizados.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para o IMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO DE EXPANSÃO DA HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O projeto consiste do investimento para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa através de crescimento orgânico e por aquisições.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

Apresentar os Planos de Ação atualizados contendo escopo de trabalho de *Due Diligence* ambiental;

Status: Atendida.

Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 1800);

Status: Atendida. Atividade em fase de execução. A Haztec está aprimorando o seu sistema de gestão de Q-SMS visando a extensão da tríplice certificação (pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18000) aos demais sites/filiais onde opera.

Executar *Due Diligence* ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento para cada processo de aquisição. A Haztec apresentou os procedimentos de due diligence e Relatório Final para a aquisição da Geoplan (27/11) Hidrogesp; Aquamec e Gaiapan.

Pós-Desembolsos

Aperfeiçoar o sistema de contratação de seguro ambiental para os serviços associados às Linhas de Negócio LNs III, IV, V;

Status: Atendida. Os seguros apresentados tem coberturas relacionadas a saúde, segurança e meio e ambiente são responsabilidade civil, responsabilidade civil profissional, vida e saúde. Ainda existe um seguro de vida pessoal implementado por Recursos Humanos (benefício). Estão trabalhando na unificação das apólices Haztec e Geoplan após a finalização do processo de incorporação da Geoplan pela Haztec.

Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,

Status: Atividade em desenvolvimento. Foram realizados seminários contando com a participação de órgãos ambientais; comunidade industrial e ainda parceiros estratégicos. Além dos serviços de apoio técnico/jurídico realizados ao Sindicom, (Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis).

Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;

Status: Atendida.

Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;
Status: Atendida.

Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Haztec e seus fornecedores;
Status: No período analisado não houve ocorrência.

O InfraBrasil deverá monitorar o sistema de gestão ambiental da Haztec, por meio de visitas, revisão da documentação e contratar consultoria independente nas atividades de supervisão e monitoramento do Projeto, se necessário.
Status: Atividade em desenvolvimento.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Aquisição – Relatório quadrimestrais de Atividades, contendo a descrição das atividades desenvolvidas pela Haztec e definidas no Plano de Ação;
Status: Atendida.

Fase de Pós Aquisição – Após o primeiro ano de consolidação do Plano de Negócio, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.
Status: Atividade em desenvolvimento.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS – PROJETO RENOVA

O projeto Renova Energia consiste do desenvolvimento e construção de 40 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), distribuídas em 7 estados brasileiros a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 10 PCHs no Estado da Bahia, 7 em Minas Gerais, 1 no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 7 no Paraná, 13 no Tocantins e 2 em Goiás, totalizando uma potência de 469,6 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais, com potencial de geração de 864 MW.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2008.

Pré Desembolso

Apresentar o escopo do Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia S.A., contendo cronograma de implantação, ações, custos e responsabilidades;
Status: Atividade em desenvolvimento. O escopo básico do SGA foi elaborado e contratada a empresa Consiq Qualidade para orientar o aperfeiçoamento e implementação do Sistema.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do cronograma estabelecido.

Apresentar cópia dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios EIA/RIMA ou Relatório Ambiental Simplificado-RAS) para cada Pequena Central Hidrelétrica-PCH;

Status: Atividade em desenvolvimento

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto;

Status: Não houve solicitação de revisão de qualquer exigência.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;

Status: Atendida. Documentação constante dos relatórios de evolução das condicionantes ambientais.

Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Definir os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental previstos na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com os órgãos ambientais, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atividade em desenvolvimento; o escopo básico do SGA foi elaborado e contratada a empresa Consiq Qualidade para orientar o aperfeiçoamento e implementação do Sistema.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Viabilidade das PCHs – Relatórios Trimestrais de andamento do licenciamento ambiental dos projetos, contendo estágio de evolução dos estudos ambientais, licenças, outorgas, e autorizações governamentais e audiência pública;

Status: Atividade ainda não iniciada. Os empreendimentos em referência ainda não possuem licenciamento ambiental.

Fase de Construção das PCHs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Fase de Operação das PCHs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Desde o lançamento do Fundo e entrada em vigor do EMS, não houve impacto negativo significativo relacionado a assuntos socioambientais e nenhum tipo de inobservância às Exigências Ambientais do BID. Também não houve registro de comunicação escrita importante com qualquer autoridade relacionada a qualquer assunto socioambiental, ou reclamação ambiental significativa.

Em 26 de agosto de 2008, o InfraBrasil publicou no site do Banco Real a Notificação do projeto UTEs Global I e II (Candeias Energia S.A.) e durante o período de Disclosure (30 dias) não houve nenhum tipo de questionamento.

O InfraBrasil publicou no site do Banco Real o resumo do 4º Relatório de Conformidade Ambiental (ECR).

IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA

No período contratado não houve necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Corretiva para corrigir quaisquer não-conformidades ou deficiências descritas na seção acima.

V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS

Não houve nenhum incidente/acidente associado com as operações do INFRABRASIL que possam ter causado danos socioambientais, fatalidades ou lesões graves associadas ao INFRABRASIL.

VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS

Não houve qualquer ação levada a cabo pela INFRABRASIL que resultou direta ou indiretamente em qualquer modificação do EMS.

VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

A dinâmica de tomada de decisão do InfraBrasil com o apoio e assessoria da equipe ambiental tem sido bastante eficiente e não tem gerado controvérsia durante as negociações com os “sponsors” e ratificadas pelo Comitê. Não houve nenhum tipo de demanda de ONGs durante o período de “Disclosure”. A aplicação do EMS tem demonstrado ser um instrumento eficaz para tomada de decisão e gestão socioambiental do InfraBrasil.

ANEXO 1

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Declaração de Intenções/ Statement of Intention (SOI)

Aprovado:	Cris Ronza
Data:	01 de Julho de 2008
Nº:	0015

Empresa:	Global Participações em Energia S.A. (Candeias Energia S/A)		
Contato:	Cassiano Silva	–	Tel: (71) 3273-5328
	cassianosilva@jsglobal.com.br		
Projetos:	Usinas Termelétricas (UTES) Global I e II (148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MW)		
Estado/ município:	Bahia - Candeias		

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

Descrição

O empreendimento proposto compreende 2 usinas termelétricas de 148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MWMW, a serem instaladas no via Canal de Tráfego, CIA Norte, município de Candeias, Bahia.

Atual Situação de Conformidade Ambiental

Os procedimentos de licenciamento ambiental dos projetos definição de restrições ambientais estão sendo definidos e acompanhados pelos órgãos estaduais e ou federais de meio ambiente e pela equipe ambiental do InfraBrasil.

Principais Questões de EHS

A partir da análise dos documentos existentes ressalta-se a situação fundiária do terreno da SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia: Ainda há necessidade de regularização do terreno das UTES, incluindo o estabelecimento do pacote de compensação para os ocupantes (posseiros) do terreno.

Principais Planos e Programas

Para minimizar os principais impactos negativos, foram propostas pela Global Participações em Energia e estabelecidas medidas e ações de controle, minimização e compensação socioambiental.

Decisão do EMS do InfraBrasil

Projeto Rejeitado:

O Fundo INFRABRASIL não pode ser utilizado para este Projeto. Baseado nos critérios do INFRABRASIL, o risco social e ambiental não é aceitável.

Aceito para *Due Diligence* de EHS:

O Fundo INFRABRASIL pode ser utilizado para este projeto.

Estratégia para *Due Diligence* Ambiental e Social

A equipe ambiental do InfraBrasil deverá realizar due diligence, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

Comentários

Após análise das informações disponíveis e considerando as características do projeto e sua localizações, o projeto proposto pela Global Participações em Energia está de acordo com os critérios de elegibilidade previstos no Sistema de Gestão Ambiental (EMS) e não há impedimento socioambiental para a continuidade das negociações de investimento junto ao InfraBrasil.

ANEXO 2

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

Relatório de Viabilidade de EHS N° 0014

Aprovado: Cris Ronza

Data: 22/08/2008

N°: 0014

Empresa:	Global Participações em Energia S.A. (Candeias Energia S/A)		
Contato:	Cassiano Silva	–	Tel: (71) 3273-5328
	cassianosilva@jsglobal.com.br		
Projetos:	Usinas Termelétricas (UTES) Global I e II (148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MW)		
Estado/ município:	Bahia - Candeias		

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

I. Conclusões e Recomendações

O projeto de geração de energia elétrica que compreende as UTES Global I e II foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) InfraBrasil, incluindo os critérios dos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho Social e Ambiental da IFC (International Finance Corporation), onde pertinente. Após revisão da documentação, impressões obtidas durante a realização da *Due Diligence* e, considerando as características do projeto e sua localização, o projeto classificado como Categoria B dos Princípios do Equador²

Considerando que todos os planos e programas de controle e gestão ambiental apresentados pelos empreendedores e estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado da Bahia foram desenvolvidos pelas empresas responsáveis e seus fornecedores, entendemos que o empreendimento objeto desse Relatório está em conformidade com o que estabelece o EMS do InfraBrasil e recomendamos a aprovação do Investimento proposto.

Alguns pontos podem ser aprimorados através do desenvolvimento de um Plano de Ação de EHS (aspectos ambientais, sociais, de saúde e segurança e trabalhistas), considerando as exigências e recomendações propostas nesse Relatório para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

² **Category B** – Projects with potential limited adverse social or environmental impacts that are few in number, generally site-specific, largely reversible and readily addressed through mitigation measures

O contrato de financiamento deverá conter as exigências e recomendações apresentadas no **item IX** desse Relatório (Exigências Propostas do EHS).

II. Questões Principais de EHS

A partir da análise dos documentos existentes, entrevistas com os responsáveis técnicos e visita a campo, os seguintes pontos foram destacados como de atenção:

- ✓ **Situação fundiária do terreno da SUDIC** - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia: há necessidade de regularização do terreno das UTEs, incluindo o estabelecimento do pacote de compensação para os ocupantes (posseiros) do terreno;
- ✓ **Compensação Ambiental:** há necessidade de definição da aplicação dos recursos para compensação ambiental: ainda não houve definição da forma nem o valor total do programa. A condicionante II das Licenças de Localização requer destinar 0,5% do total do investimento destinado à UTE Global I como medida compensatória, e que tais recursos deverão ter sua destinação definida pela câmara de compensação da SEMARH -- Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- ✓ **Monitoramento da Qualidade do Ar:** há necessidade de definição da estratégia e estabelecimento do monitoramento da qualidade do ar antes do início da operação do empreendimento;
- ✓ **Plano de Comunicação Social:** há necessidade da continuidade da implementação do plano de consulta e comunicação com as partes interessadas;
- ✓ **Linha de Transmissão:** o licenciamento da linha ainda não foi iniciado. Ainda há necessidade de definição de um cronograma para licenciamento ambiental da linha de transmissão.

III. Histórico

Em 30/06/2008, o InfraBrasil solicitou análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental do projeto.

Foi conduzida uma avaliação (due diligence socioambiental) pela Geógrafa Cecilia Balby, no período de 20-06 a 12-08-08. O objetivo foi identificar o grau de alinhamento do projeto com as políticas e requisitos socioambientais do Fundo Infra Brasil, indicando as principais questões de preocupação para subsidiar o InfraBrasil na tomada de decisão sobre o projeto.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- Revisão de documentos sobre o empreendimento, incluindo as licenças já disponíveis, a descrição do empreendimento, o Estudo Preliminar de Dispersão de Poluentes.
- Solicitação de documentos adicionais do empreendedor (23/06/08)
- Revisão de documentos e respostas fornecidas pela Global Participações (1-07 a 07/07/08)
- Entrevistas telefônicas (4-07-08)

- Visita a Candeias (área proposta para o projeto) e Salvador (escritórios da Global Participações) em 08-07-08, incluindo entrevistas com os profissionais responsáveis pelos aspectos de meio ambiente, saúde e segurança e aspectos sociais, bem como consultores da Global nesses temas. A lista de pessoas entrevistadas é apresentada no final deste relatório.
- Elaboração do Relatório Preliminar, listando as principais questões de preocupação e recomendações (9 a 11-07-08).
- Solicitação e Revisão de Informações Adicionais sobre os Programas Socioambientais de 12 a 15 de agosto de 2008.
- Relatório Final

Não houve visita ao órgão ambiental. A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente o nível de informação disponível e transparência com que a Global Participações apresentou as informações de EHS associadas aos projetos.

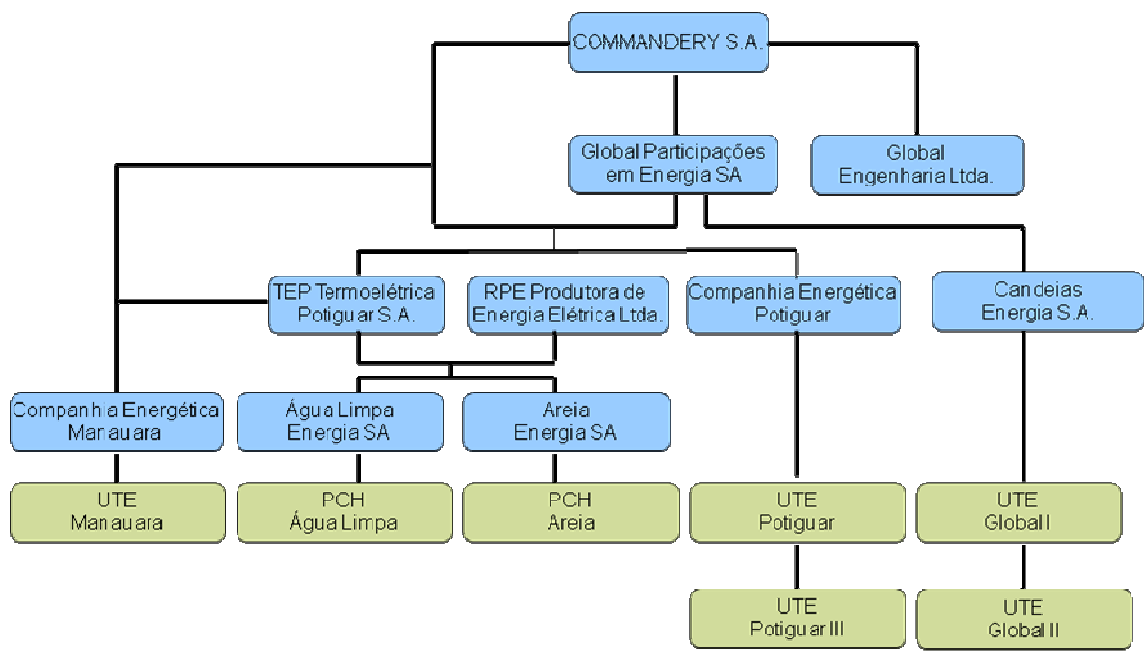
A Declaração de Intenção SOI nº 015 de 01/07/2008 foi elaborada e enviada para o gerente do InfraBrasil e recebeu manifestação favorável à continuidade da análise socioambiental do investimento, solicitando a apresentação dos documentos ambientais relativos aos projetos.

As Empresas Responsáveis

A Global Participações em Energia SA é uma empresa controlada pela Commandery S.A e atua nos setores de geração de energia hidrolétrica e térmica nos Estados do Amazonas, Rio Grande do Norte e Tocantins.

A Global Participações conta com equipe fixa, inclusive um engenheiro de meio ambiente dedicado, e consultores que auxiliam a empresa na elaboração de estudos e programas relativos aos aspectos socioambientais dos empreendimentos propostos.

Figura 1. Grupo Global



IV. Descrição do Projeto

O empreendimento proposto compreende 2 usinas termelétricas de 148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MWMW, a serem instaladas no via Canal de Tráfego, CIA Norte, , município de Candeias, BA, com as seguintes características técnicas:

UTE Global I e II

Potência Instalada	148,8 MW em cada planta
Geração Anual	As duas plantas juntas serão capazes de gerar até 2.606.976 MWh/ano
Motores	Hyundai 9H25/33 e geradores Hyundai ou similares.
Número de Máquinas	60em cada planta (120)
Combustível	Óleo Combustível (OCB1).
Área total construída:	19.722 m ² (em cada planta)
Área prevista para ampliação:	0.0 m ²
Área total ocupada:	38.282,14 m ²
Área total do terreno	200.000,00 m ²
Situação Fundiária	O terreno pertence à SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia e é atualmente ocupado por alguns posseiros (número incerto)
Coordenadas geográficas	24L 0535388 / UTM 8592998.
Interligação	A energia elétrica produzida pela Usina será gerada em corrente alternada, na frequência de 60 Hz, e tensão de 480 kV, sendo elevada para 13,8 kV, e depois para 69 Kv, na saída da SE própria, no ponto de conexão e entrega de energia, que deve ser situado na Barra de 69 KV, da Coelba Município de Candeias, Estado da Bahia.

A localização da propriedade é de fácil acesso, através de Estradas Estaduais e Municipais que ligam o Distrito Industrial e Terreno ao Polo Petroquímico de Camaçari, Aeroporto Internacional de Salvador-Deputado Luís Eduardo Magalhães, bem como à Área Urbana de Candeias.

O empreendimento já obteve as respectivas Licenças de Localização do IMA (ex. CRA). As obras devem ser iniciadas após a obtenção da Licença Ambiental de Instalação. O início está previsto para o segundo semestre de 2008 e a entrada em operação é prevista para Janeiro de 2010. O valor total dos investimentos é de cerca de R\$ 491 milhões. A participação proposta pelo InfraBrasil será de aproximadamente R\$ 70 milhões.

Geração de Emprego e Arrecadação de Impostos

Nas atividades de Construção (obras de terraplanagem, obras civis e montagem eletromecânica) é prevista a geração de aproximadamente 300 empregos diretos e 900 empregos indiretos temporários. Na fase de operação é prevista a geração de 70 empregos diretos e aproximadamente 210 empregos indiretos

V. Situação Atual da Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada e tendo por base as observações e entrevistas realizadas durante *Due Diligence*, os projetos estão sendo desenvolvidos em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

As usinas são classificadas, de acordo com o Anexo V do Regulamento da Lei Estadual 7.799, na Divisão E: Serviços, Grupo 34: Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. O empreendimento proposto obteve duas licenças de localização (LL) Resolução CEPRAM 3769/07 e Resolução CEPRAM 3771/07, *ad referendum* e aprovadas pelo CEPRAM em setembro do mesmo ano. As licenças estabeleceram vários condicionantes para a emissão da Licença de Implantação.

Relatórios/Estudos específicos relativos ao cumprimento dos condicionantes das LL foram elaborados protocolados junto ao IMA (ex. CRA) em 04-07-08. As condicionantes incluem a exigência de elaboração de um RAS – Relatório Ambiental Simplificado, que foi elaborado pela Área de Meio Ambiente, SENAI – CETIND em junho de 2008, e diversos programas socioambientais, elaborados pela V&S Engenharia e consultores terceirizados no período de abril a junho de 2008. As condicionantes incluíram recomendações para garantir a conformidade legal ambiental na fase de operação, em especial nos itens – emissões para a atmosfera e ruídos (ver detalhes nos itens respectivos adiante). Em julho de 2008 o empreendimento obteve as respectivas Licenças de Implantação - Resoluções CEPRAM 3875 e 3876 de 25 de julho de 2008 (Licenças de Implantação Global I e II)

Os estudos visando a implementação da Linha de Transmissão ainda não haviam sido submetidos a licenciamento ambiental, de acordo com informações fornecidas á época da visita de campo.

De forma geral, os documentos ambientais apresentam boa qualidade técnica, porém baixo grau de integração, uma vez que foram sendo elaborados em paralelo e que a configuração final da usina (2 grupos de 60 motores Hyundai) só foi definida posteriormente.

Durante a fase de aprovação da viabilidade ambiental, os projetos não geraram controvérsias ou conflitos de interesse ambiental (ver item VI. relativo ao Processo de Divulgação de Informações e Consulta Pública neste relatório).

A SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia é responsável por transferir o terreno para a Global e está conduzindo o processo de negociação com os posseiros, segundo informações fornecidas pela Global.

A emissão das Licenças de Instalação está prevista para o final de agosto de 2008.

VI. Divulgação de Informações e Consulta Pública

Devido ao seu porte e sistema de licenciamento exigido no Estado da Bahia, não foi solicitado do empreendedor a condução de uma Audiência Pública do Empreendimento, nem essa foi solicitada por quaisquer partes interessadas, segundo informações fornecidas pela Global.

Foi elaborado um Plano de Comunicação Social do empreendimento em atendimento à condicionante VI_p da Licença de Localização (divulgação dos dados de emissões), que compreende a qualificação do público interno para a relação com a comunidade e o meio ambiente, a realização de reunião com lideranças locais na fase de pré implantação, a estruturação de um Serviço de Atendimento ao Cidadão e Interface com Escolas Locais na fase de operação. O programa está também ligado ao Programa de Educação Ambiental, na medida em que alguns dos públicos alvo são semelhantes. O cronograma indicava o início das obras em Agosto de 2008 e não havia ainda sido definido o prazo e estratégia para realizar as ações de comunicação à época da visita ao campo.

As ações não previam um processo sistemático de consulta às partes interessadas e integração do processo ao sistema de gestão futuro do empreendimento, embora fossem previstas a comunicação das informações relevantes do projeto. O plano foi revisado em agosto de 2008, visando estruturar as atividades de comunicação com cada público afetado considerando as informações mais relevantes, estruturar o Serviço de Atendimento ao Cidadão em atendimento aos requisitos relativos aos mecanismos para queixas (IFC PS1, §23).

O plano não prevê comunicação de impactos e riscos associados à Linha de Transmissão.

O plano revisado incorporou um cronograma e previsão de recursos (orçamento) para sua realização . Já foi realizada uma reunião de apresentação do projeto e levantamento de dúvidas da comunidade mais próxima (comunidade do Madeira), em 11-08-08.

VII. Principais Riscos e Impactos de EHS e Sociais

A seguir serão apresentados os aspectos que mereceram atenção da equipe ambiental do InfraBrasil durante o processo de pré e pós *due diligence* e que deverão ser monitorados durante as fases de construção e operação dos projetos.

Processo de Avaliação SocioAmbiental

- O processo de Avaliação SocioAmbiental não está sendo conduzido de forma integrada. Há contradições em algumas das medidas propostas para gerenciar os impactos apresentadas ao órgão de controle ambiental (IMA, ex CRA) - p. ex. relativas ao monitoramento de emissões e qualidade do ar.
- Os estudos para avaliar os impactos socioambientais da linha de transmissão estão sendo conduzidos em paralelo – não há previsão de integração. As medidas de gestão propostas a partir das análises de riscos ainda não foram integradas em planos de gestão e para resposta a emergências.
- O processo de avaliação não considerou as alternativas locacionais e técnicas para o empreendimento. Em atendimento à condicionante VI_{In}, foi apresentado estudo IMA que demonstra a impossibilidade de uso de combustíveis alternativos. Foram reportadas pelos técnicos da Global que existem discussões em curso sobre alternativas para transporte de combustível através de dutovia e alteração no sistema de resfriamento, mas essas

alternativas ainda não foram formalizadas e, portanto não está incorporada aos estudos ambientais.

Sistema de Gerenciamento (Gestão) Social e Ambiental

- As medidas e programas de gestão propostos ainda não estão integrados num sistema de gestão. Não há programas de monitoramento para os principais impactos estruturados. Não foram ainda definidas políticas, estrutura de responsabilidade, embora a empresa esteja contratando profissionais específicos e dedicados ao empreendimento e aos aspectos ambientais do mesmo.
- Os impactos da Linha de Transmissão ainda não foram completamente avaliados, e portanto, os eventuais programas de gestão não estão integrados aos demais.

Ar e Emissões para a Atmosfera

- Os Estudos de Dispersão de Poluentes para atendimento ao condicionante VIj da LL (arranjo atual com 60 motores Hyundai em cada planta, 5 anos de dados meteorológicos, modelo AERMOD), não incluíram dados da qualidade do ar atual (dados não estão disponíveis).
- Os resultados da simulação (pior cenário de condições de dispersão, operação das duas unidades a plena carga) indicam que as concentrações dos poluentes simulados estão abaixo do padrão de qualidade do ar aplicável. O resultado para NO₂ está próximo ao limite legal horário (e acima dos limites de boas práticas internacionais tais como limites da WHO 2005).
- Os documentos apresentados para atendimento às condicionantes apresentaram contradições quanto às medidas a serem adotadas para monitoramento da qualidade do ar - propondo monitoramento de dados de background e alternativas para tratamento de emissões nas fontes (condicionante VIi) e justificando a não necessidade de monitoramento e tratamento (Condicionante VIb e VIq). O RAS propõe a realização de campanhas de monitoramento descontínuo de emissões atmosféricas das chaminés, com base na Resolução CONAMA 382/06, para MP, SO_x e NO_x nas chaminés em operação normal.
- Foram efetuados estudos visando calcular o possível seqüestro de carbono associado ao plano de recuperação da vegetação no local, em resposta a condicionante IX da LL. O estudo não menciona alternativas para redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) solicitadas na licença, mas a carta de apresentação dos estudos menciona que um eventual uso da água da lagoa para resfriamento poderia ocasionar uma economia de energia utilizada para tal e conseqüente redução de emissões diretas vinculadas a combustão. O estudo não apresenta o cálculo das emissões de GEE diretas e indiretas, primárias e intermediárias previstas, visando propor as taxas de redução. Foi mencionado que existe a possibilidade de avaliar uma alternativa ao transporte de combustível utilizando caminhões.

Resíduos

- Foi elaborado um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, em atendimento à exigência para LI # VIg. O Plano contempla ações relativas a todas as fases do gerenciamento de resíduos sólidos, porém não contém ainda estimativas de quantidades, os locais potencialmente existentes para disposição final de cada categoria de resíduos e o cronograma claro para implementação. Pela natureza das atividades do empreendimento e porte e por estar localizada junto a dois pólos industriais (Candeias e Camaçari), não são previstos problemas com relação à disponibilidade de instalações adequadas/licenciadas para a disposição final dos resíduos gerados.

Produtos Químicos e Perigosos/Riscos

- Não está ainda definido se o óleo combustível será entregue na unidade diretamente pela BR Distribuidora (modalidade SIF) ou se a Global Participações será responsável por retirar o combustível (modalidade FOB), nem qual das bases da fornecedora BR Distribuidora (Candeias ou Camaçari) será utilizada para o fornecimento do combustível. O transporte de combustível, estimado em aproximadamente 50 viagens dia, apresenta riscos maiores quando o trajeto for efetuado da RLAM cruzando a área urbana de Candeias, devido ao grau de ocupação urbana.
- Foi elaborado um estudo de análise de riscos do transporte em atendimento à condicionante V. Foi elaborado um estudo de análise de riscos associados às instalações em atendimento à condicionante VIc. Os estudos concluem que os riscos são toleráveis, porém são propostas diversas medidas de gestão, inclusive o Plano de Atendimento a Emergências e treinamento dos motoristas.
- Os estudos não contemplam hipóteses acidentais relacionadas à linha de transmissão.
- Na área de influência do empreendimento existem diversas instalações industriais que contam com Planos de Atendimento a Emergências inclusive com envolvimento da comunidade na preparação para resposta a emergências.

Ruídos

- A condicionante VI K da LL requer que o empreendedor apresente proposta construção das edificações com isolamento acústico capaz de atenuar o ruído para 85 dB máximo a 2 metros do local. Em reunião entre a Global e IMA em 20-05-08 foi acordado que “local” corresponderia ao limite do terreno. A Global apresentou proposta de alternativas para manter os níveis de ruídos no valor acordado, porém o estudo não indica ainda quais serão adotadas.
- Não foram efetuadas medições do atual ruído de fundo e cálculos que indiquem se os requisitos legais e boas práticas para áreas residenciais e industriais (níveis máximos diurno e noturno e acréscimos ao ruído de fundo) poderão ser alcançados nos receptores mais próximos - residência (aproximadamente 400 m em linha reta do limite do terreno) e comunidade do Madeira (aproximadamente 1000m em linha reta do terreno) (obs. as distâncias foram calculadas pela consultora). O RAS recomenda um estudo após a entrada em operação da planta (Medida 31)

Ecossistemas/ Biodiversidade

- A área proposta para a instalação do empreendimento é hoje coberta por vegetação secundária (antigo pasto) em estágio inicial de regeneração, com predominância de espécies invasoras. São encontradas também algumas bananeiras plantadas por ocupantes do terreno.
- Foi elaborado em cumprimento à condicionante I para a Licença de Localização (LL) uma proposta de manutenção de área verde e recuperação da vegetação nessa área.
- O plano prevê a manutenção da Área de Proteção Permanente em volta da Lagoa do Madeira (hoje apresenta vegetação de taboas), e a recuperação de uma área de 30% do total da propriedade. A averbação da área como reserva legal só será possível após a transferência da propriedade para o empreendedor o que ocorrerá apenas após a conclusão de 80% das obras, segundo os critérios da SUDIC.

Reassentamento

- O terreno proposto para implantação das usinas localiza-se no Complexo Industrial de Aratu e é de propriedade da SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia. De acordo com as regras operacionais da SUDIC, a escritura definitiva do terreno deverá ser transferida à Global apenas quando 80% das obras estiverem concluídas. A responsabilidade por entregar o terreno livre de ocupantes para o início das obras é da SUDIC.
- Foi reportado que atualmente existem posseiros (levantamento efetuado pela Global em Julho de 2008 indica 2 residentes e 9 ocupantes) que utilizam a propriedade como área para pastagem, plantio de banana e culturas temporárias como milho, mandioca e feijão, e que a SUDIC estaria conduzindo as negociações.
- Ainda não foram avaliadas eventuais interferências com superficiários no trajeto da faixa de domínio da Linha de Transmissão.
- A Global enviou a SUDIC correspondências em Agosto de 2008 solicitando a liberação da área, incluindo na correspondência a identificação dos posseiros e participou de reunião solicitando esclarecimentos sobre o andamento do processo.

Patrimônio Cultural

- Os estudos socioeconômicos conduzidos para o RAS – Relatório Ambiental Simplificado não levantaram a presença na área de influência direta de bens ou remanescentes do patrimônio histórico, artístico, arqueológico ou cultural (o RAS atendeu ao Termo de Referência emitido em maio-08). Segundo os técnicos de meio ambiente da Global a probabilidade de presença de tais remanescentes é baixa.

Passivos Ambientais

- Não foram efetuados estudos para avaliar riscos de passivos ambientais associados ao solo e subsolo. O risco de contaminação é potencialmente baixo, devido ao uso atual (pasto,

agricultura, cruzado por ferrovia) e arranjo topográfico do terreno. Foi reportado que está sendo conduzida atualmente uma análise de dados de qualidade da água da Lagoa do Madeira (próxima à área do empreendimento). Em atendimento à condicionante VIIh da LL, foi apresentado ao IMA um Plano de Monitoramento de Águas Subterrâneas. Não está definido o cronograma para implantação dos poços de monitoramento.

- A Global encaminhou correspondência à SUDIC, proprietária do terreno, em 14-08-2008, solicitando declaração desta empresa sobre a não existência de passivos ambientais associados ao terreno.

IX Exigências Propostas do EHS

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- ♦ Apresentar cópia completa (incluindo condicionantes) das Licenças de Implantação;
- ♦ Apresentar documentos comprobatórios relativos aos termos e condições de execução da Compensação Ambiental requisito da Licença de Localização;
- ♦ Apresentar documentos que comprovem que as negociações conduzidas pela SUDIC (Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia), para a desocupação da área e o pacote de compensação:
 - Sejam baseados em informações atualizadas sobre os ocupantes e suas características socioeconômicas, e considerem os direitos legais quanto a propriedade e legislação adicional aplicável,
 - Tenham incluído consulta as pessoas a serem desajoladas, iniciadas na fase de projeto. Deve ser prevista a continuidade da participação dos afetados até a conclusão do processo,
 - Sejam mutuamente acordados antes das intervenções e formalizados em contratos,
 - Incluam a compensação pela perda de bens e auxílio para ajudá-las a melhorar ou, pelo menos, restaurar seus padrões de vida ou meios de subsistência. Incluam compensação por perdas ou custos transitórios (por exemplo culturas existentes, custos para mudança, perda temporária de renda e outros) se necessário,³
 - Considerem os impactos ambientais e sociais que eventualmente ocorram em áreas definidas para realocação e incluam medidas de gestão para os mesmos.
- ♦ Apresentar cronograma para licenciamento ambiental da linha de transmissão e documentos que comprovem o andamento do processo;

³ Ver também Requisitos da Política Operacional Op 710 do Inter American Development Bank

- ♦ Apresentar documento que comprove consulta junto ao IMA (ex. CRA) solicitando eventuais dados de outras empresas, relativos a monitoramento da qualidade do ar da região que possam ser utilizados como dados de *background*, visando comparar a contribuição específica da UTE simulada através do modelo de dispersão de poluentes à qualidade do ar local. Caso os dados não estejam disponíveis, conduzir medições de dados de qualidade do ar, em especial o NO_x e SO_x, utilizando os dados obtidos para comparação;
- ♦ Apresentar o plano atualizado para monitoramento das qualidade do ar e das emissões atmosféricas que inclua a frequência e parâmetros de dados de qualidade do ar e emissões a serem amostradas na fonte;
- ♦ Apresentar cálculo de linha de base das emissões de CO₂ e outros gases de efeito estufa que deverão ser gerados com o funcionamento da planta, e monitorar sua evolução, de acordo com metodologia de inventário (WRI - GHG Protocol). Avaliar medidas de eficiência energética que possam contribuir para a redução das emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa) do empreendimento e considerá-las na avaliação de alternativas técnicas do empreendimento (incluindo transporte de combustível, sistema de resfriamento, outras);
- ♦ Apresentar complementações ao Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, indicando as estimativas das quantidades de resíduos na fase de instalação e operação, bem como o levantamento dos locais disponíveis para a destinação final, o cronograma e responsabilidades para implementação do plano;
- ♦ Apresentar documentos relativos a medições de ruído de fundo e estimativas de emissões nos receptores mais próximos, verificando se os requisitos legais aplicáveis e boas práticas poderão ser atendidos. Considerar os resultados das projeções acima na tomada de decisão sobre *lay-out* dos equipamentos e definição dos sistemas de proteção de ruídos. Incluir informações sobre ruído e medidas tomadas no Plano de Comunicação Social (se relevante);
- ♦ Apresentar estudos/laudos (laudo de solo limpo) para caracterizar se o terreno proposto está livre de contaminação/passivo ambiental para obter dados de *background*;
- ♦ Apresentar parecer de especialista em Patrimônio Cultural/arqueológico relativo a baixa probabilidade de ocorrência de remanescentes na área, bem como procedimentos para descoberta aleatória caso a probabilidade demonstre ser maior. O procedimento deverá ser aplicado desde a fase de implantação, considerando a área do projeto e área de intervenção para instalação da LT; e
- ♦ Apresentar medidas de gestão propostas para segurança e saúde, considerando trabalhadores de empreiteiras e seus subcontratados e inclusive a comunidade, na fase de construção.

Pós Desembolso

- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais aplicáveis à essa fase;
- ♦ Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (IMA);
- ♦ Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
- ♦ Apresentar documentos que comprovem o desenvolvimento de um sistema de gestão para integrar os impactos socioambientais e respectivas medidas de gestão do empreendimento em programas de gestão, incluindo a Linha de Transmissão. O sistema de gestão deve incluir todas as instalações e atividades (planta, transporte, LT) e compreender políticas (ambiental, recursos humanos, impactos sociais, etc.), principais impactos e riscos, programas de gestão, estrutura de responsabilidades e treinamento, engajamento das partes interessadas, monitoramento e relatórios (acompanhamento da alta administração e externos);
- ♦ Apresentar documentos que indiquem o andamento da implementação do Plano de Comunicação Social, incluindo a divulgação e implementação do mecanismo para queixas e reclamações (SAC no Plano de Comunicação revisado) e consulta a superficiários potencialmente afetados pela faixa de servidão da linha de transmissão, antes do início das obras;
- ♦ Apresentar documentos que comprovem implementação do plano para controle de emissões na fonte considerando os sistemas de controle ou operacionais propostos (ver exigência pré desembolso);
- ♦ Definir os sistemas de controle ou operacionais que garantam o controle das emissões de NO₂ e SO₂ (legislação aplicável prevê que o padrão horário pode ser ultrapassado uma vez por ano), onde aplicável;
- ♦ Apresentar documentos que comprovem cláusulas nos contratos com empreiteiras das cláusulas relativas ao gerenciamento de resíduos na fase de construção, de acordo com o PGRS;
- ♦ Revisar avaliações de impactos se novas alternativas para o transporte de combustíveis ou sistemas de resfriamento forem incorporadas ao projeto;
- ♦ Apresentar definição de logística de transporte de combustíveis e preparar plano de resposta a emergências e outras medidas de gestão de risco de forma compatível. O plano deve incluir medidas para atender riscos não que podem eventualmente afetar a comunidade, tais como abalroamento/atropelamento, contaminação dos corpos d'água. Apresentar documentos que indiquem a integração do(s) plano(s) de resposta (s) a emergência(s), a outros planos/ ações já existentes na região que possam ter interface (PAM – Planos de Auxílio Mútuo, outras). Desenvolver estratégia de comunicação de

riscos para a comunidade de forma articulada a outras iniciativas de engajamento da comunidade para a preparação de emergências existentes; e

- ♦ Apresentar cronograma para implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas, bem como as formas de acompanhamento da implementação do programa de recuperação até a averbação da área como reserva legal (considerando a participação da SUDIC e IMA).

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais das UTEs Global I e II, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;
- ♦ Fase de Operação – Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a CRA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

X. Lista de Documentos

- Resoluções CEPRAM 3788 de 22 de setembro de 2007 e 3769 de 27 de julho de 2007 que aprovam a Licença de Localização Global I e Resoluções CEPRAM 3787 de 28 de setembro de 2007 e 3771 de 28 de junho de 2007 que aprovam a Licença de Localização Global II)
- Ata Reunião Global Participações em Energia, V&S e CRA Bahia de 20-05-08 (Discussão condicionantes Licença Localização)
- V&S Ambiental e SECA - Estudo de Dispersão Atmosférica a partir das Emissões de Poluentes da Usina Termoelétrica Global I, Junho de 2008.
- V&S Ambiental Relatório de Avaliação do Cumprimento de Condicionantes da Licença de Localização, Junho de 2008 (e todos os anexos relativos aos cumprimento dos condicionantes)
- Global Participações em Energia - Relatório Descritivo - Condicionante II da Resolução CEPRAM N° 3769/2007 , Julho de 2008.
- SENAI - Relatório Ambiental Simplificado – RAS - Usinas Termoelétricas Global I e II – junho de 2008.
- V&S Ambiental - Programa de Comunicação Social, REV. 01, Agosto/2008
- V&S Ambiental Programa de Comunicação Social – Primeiro Relatório de Atividades, Julho/2008
- RESOLUÇÕES CEPRAM 3875 E 3876 de 25 de julho de 2008 (Licenças de Implantação Global I e II)

Dados das empresas responsáveis pelos empreendimentos:

UTES Global I e II

Via Canal de Tráfego, s/n, CIA Norte, Candeias, Bahia

Responsável Ambiental

Engenheiro Civil Cassiano José Souza da Silva, Especialista em Gestão Ambiental - CREA: 32.405/D

Fone: 55 71 55 71 3273-5328

Dados das empresas de consultoria Aspectos Socioambientais:

V&S Ambiental (Estudos Ambientais Preliminares, Suporte aos Condicionantes de Licenciamento, Comunicação Social, Programas Ambientais).

Av. Santa Luzia 1136, Ed. Horto Empresarial Sala 506

Salvador - BA- CEP 40.295-050 - Tel.: 55 (71) 3357-3979

contato@vesambiental.com

Responsável Técnico:

Maria Bernadete Sande Vieira

Engenheira Civil e Sanitarista

CREA: 8.916/D

Área de Meio Ambiente, SENAI – CETIND (RAS – Relatório Ambiental Simplificado)

Arlinda Coelho Medeiros, MSc.

Gerente

Edisiene de Souza Correia, MSc.

Coordenadora Técnica

CREA nº BA 31.423/D

Lista de Pessoas Entrevistadas

Cassiano Silva (Meio Ambiente) – Global Participações – Candeias e Salvador

Roberto Betancourt (Engenharia) – Global Participações - Candeias e Salvador

Maria Bernadete Sande Vieira – V& S (Consultoria Ambiental – responsável técnica) – Salvador

Prof. Ivomar Carvalho Brito - V&S (Consultoria Ambiental - ecossistemas) – Salvador

Marcelo Chamusca - V& S (Consultoria Ambiental – Comunicação Social) – Salvador

Engenheiro Alberto

ANEXO 3

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar o seguinte empreendimento:

Nome: Global Participações em Energia S.A. (Candeias Energia S/A)

Localização: Bahia

Descrição: Trata-se de Usinas Termelétricas (UTES) Global I e II (297,6 MW)

Informações Adicionais: O projeto consiste do investimento do InfraBrasil na empresa Candeias Energia Holding para o desenvolvimento de duas usinas termelétricas a óleo combustível de 148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MWMW, a serem instaladas no via Canal de Tráfego, CIA Norte, município de Candeias, BA.

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do Banco Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@bancoreal.com.br

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@bancoreal.com.br